

por 

Ano 11 ■ nº 38

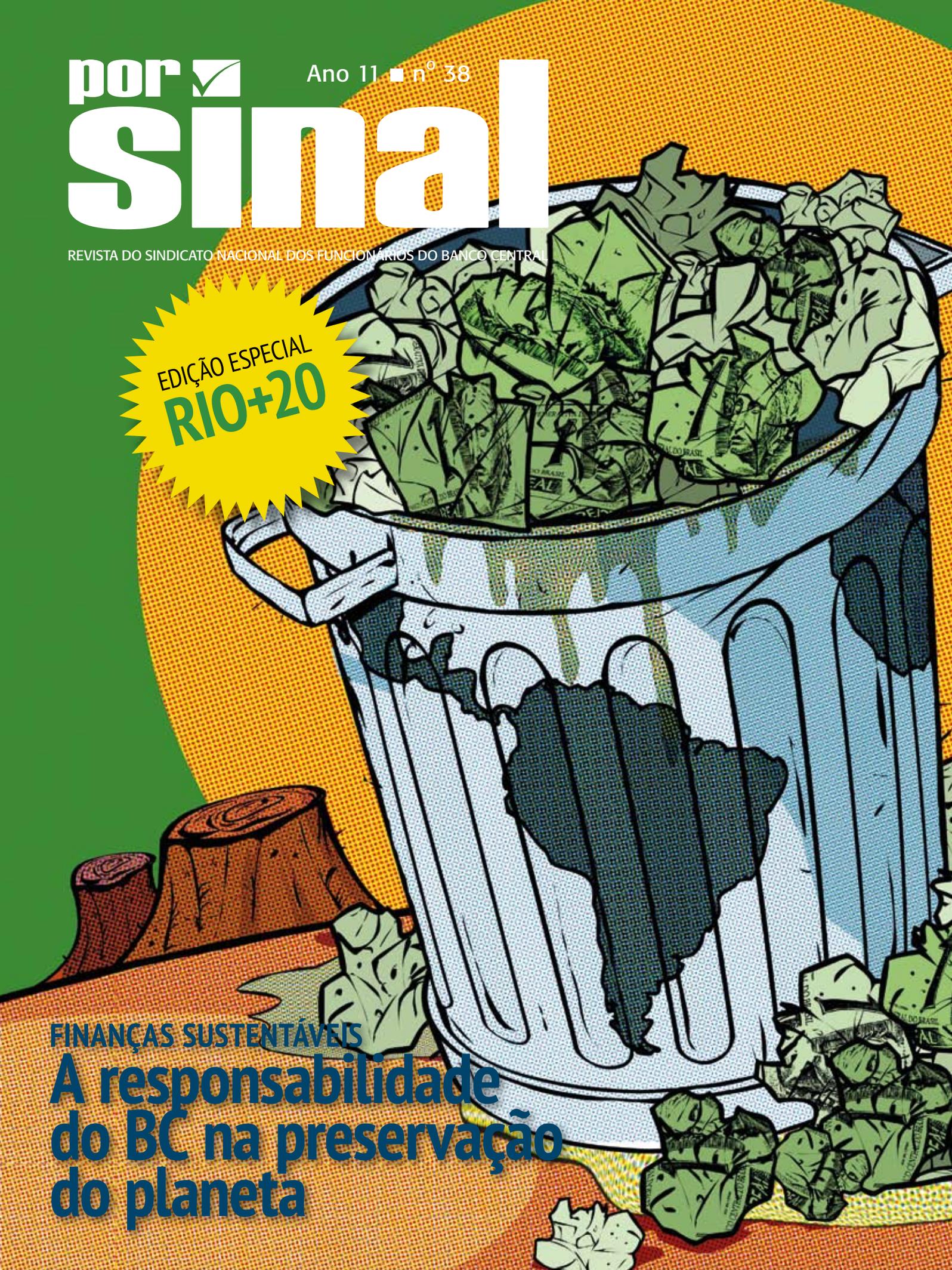
# Sinal

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

EDIÇÃO ESPECIAL  
**RIO+20**

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

**A responsabilidade  
do BC na preservação  
do planeta**



# Orgulho é assim. Você se dedica ao BACEN, nós a você!

Há 46 anos, por meio dos seus produtos e das ASBACs, a FENASBAC trabalha para honrar seu compromisso de ser referência em serviços que geram qualidade de vida aos servidores do Bacen.

- Consórcios
- Seguro de Vida em Grupo e Vida Master
- PGAFI (assistência financeira)
- Instituto Fenasbac (qualificação profissional)
- Convênios e Serviços
- 10 Filiadas (sedes recreativas, colônias de férias e de pesca)

0800-646-1055

www.fenasbac.com.br



## Continuamos a acreditar em um mundo melhor

“O mundo está em crise” e a “crise financeira internacional está se agravando” são frases que ouvimos todos os dias. No entanto, tais afirmações e prognósticos catastróficos não são de hoje, existem desde os primórdios da civilização. Registros de filósofos e pensadores prevendo o final dos tempos caminham juntos com a própria História.

Contudo, o mundo moderno de fato corre sérios riscos. O planeta Terra está perto da saturação, e a causa é a degradação ambiental, com a exploração e destruição dos recursos naturais. Grandes catástrofes não podem ser explicadas apenas como “forças da natureza”, muitas são frutos das mudanças climáticas produzidas por nós, seres humanos.

Nesse contexto, e cientes de nossas responsabilidades como sindicato (organização social que visa a defender os direitos dos nossos representados), como servidores do Banco Central (agente regulador do mercado financeiro) e, acima de tudo, como cidadãos, resolvemos participar da Rio+20, conferência da ONU que reúne líderes mundiais para discutir meios de transformar o planeta em um lugar melhor para se viver. Além da proteção ao meio ambiente, esperamos importantes debates sobre como promover um novo padrão de desenvolvimento, com inclusão social e acesso irrestrito a bens de consumo, sem agredir ainda mais a nossa casa, a Terra.

Da mesma forma que fizemos quando participamos do 5º Fórum Social Mundial, em janeiro de 2009, estamos publicando uma edição especial para a Rio+20, com matérias que abordam, de diferentes ângulos, a responsabilidade socioambiental do Banco Central.

Algumas questões estão no centro das propostas sobre finanças sustentáveis que o BC leva para a conferência: Qual o papel do Estado, dos órgãos reguladores e das instituições financeiras nesse

processo? Será que os mecanismos de autorregulação são suficientes, ou é imperante que haja a intervenção do Estado para reduzir as falhas do mercado de crédito?

A circular do BC nº 3.547, do BC, deu um novo passo: incluiu o risco socioambiental no processo de avaliação e cálculo da necessidade de capital para a cobertura de risco dentro do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) das instituições. Essa preocupação com a concessão de crédito e a preservação ambiental já faz parte das ações do principal agente de fomento do país. O BNDES passou a considerá-la nas avaliações de concessão de empréstimos a projetos com impacto ambiental.

Outros assuntos que também fazem parte da agenda da sustentabilidade mereceram destaque nesta edição. Por exemplo: o destino das 2 mil toneladas de dinheiro velho, que anualmente são jogadas em lixões ou aterros sanitários; os programas de educação financeira do BC para ensinar a população a administrar seus rendimentos, dentro da perspectiva de consumir menos e poupar mais; a inclusão, com a promulgação da Lei nº 12.613, que garante acessibilidade aos recursos do microcrédito dos bancos oficiais, financiando com juros baixos a compra de equipamentos aos deficientes; e o tumultuado processo de votação do novo Código Florestal, em artigo do biólogo João de Deus Moreno.

Por fim, para discutir os desafios da economia verde, entrevistamos o senador Cristovam Buarque que, com seu trabalho historicamente focado na educação, é palestrante da Conferência.

Fechamos este número com uma homenagem. Para o “Prata da Casa”, escolhemos nosso colega Jarbas Athayde Guimarães Filho, sindicalista que sempre lutou por melhores condições de vida e trabalho para todos, especialmente na área da saúde.

**Conselho Nacional**  
**Biênio 2011/2013**

**Presidente**  
Sérgio da Luz Belsito

**Porto Alegre**  
Alexandre Wehby

**Belém**  
Pedro Paulo Soares Rosa

**Recife**  
Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

**Brasília**  
José Ricardo da Costa e Silva  
Gregório Alberto Saiz Lopes  
Josina Maria de Oliveira

**Rio de Janeiro**  
João Marcus Monteiro  
Jarbas Athayde Guimarães Filho  
Julio César Barros Madeira  
Luiz Rafael Gonçalves Giordano

**Belo Horizonte**  
Bruno Colombo Figueiredo

**Salvador**  
Epitácio da Silva Ribeiro

**Curitiba**  
Miguel Hostílio Silveira Vargas

**São Paulo**  
Aparecido Francisco de Sales

**Fortaleza**  
Julia Walesca Gomes de Carvalho

Iso Sendacz

**Diretoria Executiva Nacional**  
**Biênio 2011/2013**

**Presidência:** Sérgio da Luz Belsito  
**Diretor Secretário:** Júlio Cesar Barros Madeira  
**Diretora Financeira:** Ivonil Guimarães Dias de Carvalho  
**Diretor Jurídico:** Luiz Carlos Alves de Freitas  
**Diretor de Comunicação:** Gustavo Diefenthaler  
**Diretor de Assuntos Previdenciários:** Eduardo Stalin Silva  
**Diretor de Relações Externas:** José Ricardo da Costa e Silva  
**Diretor de Estudos Técnicos:** Edilson R. de Sousa  
**Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais:** Iso Sendacz  
**Diretora Extraordinária de Qualidade de Vida:** José Vieira Leite

**Por Sinal**  
Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários  
do Banco Central do Brasil

**Conselho Editorial**  
Aparecido Francisco de Sales, Edilson Rodrigues de Sousa,  
Gustavo Diefenthaler, José Manoel Rocha Bernardo, Mauro  
Cattabriga de Barros, Sérgio Canas Prata, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal  
SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo  
Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3322-8208  
nacional@sinal.org.br  
www.sinal.org.br

**Redação**  
Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti  
(Letra Viva Comunicação)  
Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos  
Diagramação: Tabaruba Design  
Ilustrações: Cláudio Duarte  
Impressão: Ultra Set  
Tiragem: 9.000  
Assessoria de Comunicação do Sinal: Aipy Imprensa Design  
www.aipy.com.br

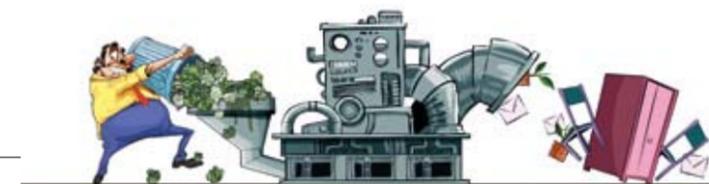
Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.  
O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas  
nos artigos assinados.

**NESTA EDIÇÃO**



**FINANÇAS SUSTENTÁVEIS**  
**A responsabilidade do BC**  
**na preservação do Planeta**  
Página 4

**SUSTENTABILIDADE**  
**Lixo**  
**extraordinário**  
Página 8



**SOS PLANETA**  
**Os desafios da economia verde**  
Página 12

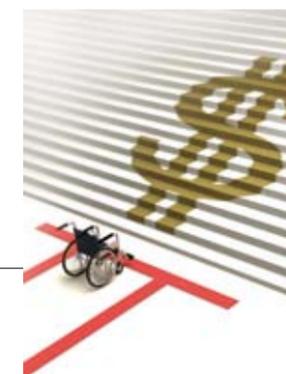
**ENTREVISTA SENADOR CRISTOVAM BUARQUE**  
**“A economia não vai fazer**  
**um mundo muito melhor”**  
Página 16



**EDUCAÇÃO FINANCEIRA**  
**Consumir menos e poupar mais**  
Página 26

**PRATA DA CASA**  
**Jarbas,**  
**a alegria de pelear**  
Página 30

**PROGRAMA VIVER SEM LIMITES**  
**Lei garante acessibilidade**  
**a deficientes**  
Página 28



**ARTIGO**  
**João de Deus Medeiros**  
**A POLÊMICA HISTÓRIA DO CÓDIGO FLORESTAL**

Página 32



# A responsabilidade do BC na **preservação do Planeta**

## **Banco participa da Rio+20 discutindo a intervenção do Estado para reduzir as falhas do mercado de crédito**

**ROSANE DE SOUZA**

Vinte anos depois da histórica Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a cidade volta a ser palco de importantes debates sobre como associar desenvolvimento, inclusão social, acesso irrestrito a bens de consumo e proteção ao meio ambiente. Não é uma equação fácil de resolver. Afinal, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, vai encontrar uma América Latina evoluída em diversos aspectos sociais – aumento do emprego e do acesso ao consumo, redução da pobreza, melhoria da distribuição de renda e de moradia –, mas ainda enfrentando enormes desafios nos quesitos preservação do meio ambiente e responsabilidade social.

Uma terceira edição de pesquisa realizada em conjunto pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Pricewaterhouse Coopers e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebeds), em 2009, constatou que 94% das 116 organizações consultadas – empresas, instituições financeiras, associações e cooperativas – consideram os impactos da mudança climática global estratégicos e relevantes para o futuro de seus negócios. Mas 60% jamais tinham feito uma tentativa de inventário das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes de suas atividades. A boa notícia é que houve um aumento de 23%, se comparado com 2008, das empresas que se preocupavam em passar a fazê-lo.

A consulta mostra que a indústria brasileira começa a ser afetada pelas pressões ambientalistas e que os órgãos públicos e as instituições financeiras reconhecem que a performance de lucro do investimento não pode ser mais o único critério para a oferta de crédito. Mário Monzoni, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Eaesp), afirma que o país avançou muito, se comparado com o ambiente interno há dez anos, e os bancos foram os que mais se destacaram na busca da sustentabilidade. Ele cita como exemplo a adesão ao Protocolo Verde, que vincula a concessão de crédito ao atendimento a critérios socioambientais.

Estudo do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV (GVces) constata um aumento substan-

cial nos desembolsos do maior banco de fomento do país, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos sustentáveis: de 2008 a 2009, eles saltaram de R\$ 90 milhões para R\$ 136 milhões.

O BNDES passou também a associar aos empréstimos concedidos a projetos de infraestrutura, que possuem significativos potenciais de emissão de gases de efeito estufa, recursos não reembolsáveis para mitigar os impactos socioambientais. Esses projetos representaram 38,7% dos créditos concedidos pelo banco de fomento em 2009. Os avanços transparecem até mesmo no mundo jurídico. A movimentação dos advogados em torno do assunto é reveladora do temor das instituições financeiras de se tornarem alvo de ações de responsabilidade civil

por financiamento de atividades socioambientalmente lesivas.

#### ► Mercado livre?

Pesquisa da ONG holandesa Bank Track, entre 49 instituições financeiras de 17 países, revela que, de 2005 a 2010, os bancos brasileiros realmente tomaram boas iniciativas de caráter socioambiental, em particular no que se refere à adesão às regras internacionais e políticas coletivas, principalmente no tocante aos Princípios do Equador – conjunto de diretrizes a serem adotadas pelas instituições financeiras em operações de financiamento superiores a US\$ 50 milhões –, mas continuam a financiar atividades não sustentáveis, sendo uma delas a pecuária na Amazônia.

Ao comentar o estudo, Roland Widmer, coordenador do Programa Ecofinanças da Amigos da Terra Amazônia Brasileira, afirmou que continua sendo mais rápido e fácil obter lucro a curto prazo sendo irresponsável. Mário Monzoni acredita que, realmente, não dá para deixar o mercado agir livremente. “São necessários políticas públicas e instrumentos econômicos que encorajem as ações sustentáveis, porque, livre, o capital corre para financiar a indústria do petróleo.”

O professor da FGV pondera que mais do que regulamentos e controles, os bancos brasileiros precisam ser encorajados pelo Estado a adotar práticas socioambientais, porque as instituições de menor porte, se coagidas, não sabem nem por onde começar a agir.

É isto que também estará no centro das discussões do ciclo de debates so-

bre finanças sustentáveis que o Banco Central realiza na Rio+20: qual o papel do Estado, dos órgãos reguladores e das instituições financeiras nesse processo, o impacto social e econômico da perda da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, assim como a importância do que hoje se conhece como capital natural.

O encontro coloca, ainda, o dedo em uma ferida mal cicatrizada nos países

que resolveram deixar tudo entregue aos mecanismos de autorregulação: é necessária a intervenção do Estado para reduzir as falhas do mercado de crédito?

A importância do tema pode ser avaliada pela presença, em sua abertura, do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland. ▣



## Debates, normas e regulamentos

Desde que entrou nos debates para a construção de um mercado financeiro identificado com atividades socioambientalmente responsáveis, o BC permeou sua atuação ora na busca de acordos pontuais e de discussões com o mercado e suas associações, ora no estabelecimento de normas, diretrizes e regulamentos.

Elvira Cruvinel, consultora do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do BC, esclarece que algumas medidas do CMN tiveram o claro intuito de impedir as práticas que prejudicam o desenvolvimento sustentável no Brasil. É o caso das Resoluções 3.545, de 2008; 3.814, de 2009; e 3.876, de 2010.

A primeira impõe uma série de exigências de documentação de regularidade ambiental para o financiamento agropecuário no Bioma Amazônia. A segunda condiciona crédito agroindustrial para expansão da cana-de-açúcar ao zoneamento agroecológico, assim como veda qualquer tipo de financiamento da expansão do plantio nos biomas Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. A terceira proíbe a concessão de crédito rural para pessoas físicas ou jurídicas que estejam inscritas no cadastro de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão.

No ano 2010, o país começa a lançar as primeiras linhas de financiamento específicas para promover o desenvolvimento sustentável. A Resolução 3.896 cria o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura, com o objetivo explícito de promover a redução das emissões oriundas das atividades agropecuárias. Ela contribui, também, para diminuir o desmatamento, ao financiar a recuperação de áreas de pastagens degradadas, a implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, a implantação e a manutenção de florestas comerciais ou destinadas à recomposição de reserva legal ou de áreas de preservação permanente.

Em 2011, uma Circular do BC, a 3.547, deu um novo passo: incluiu o risco socioambiental no processo de avaliação e cálculo da necessidade de capital para a cobertura de risco dentro do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) das instituições.

**Realmente, não dá para deixar o mercado agir livremente. São necessários políticas públicas e instrumentos econômicos que encorajem as ações sustentáveis, porque, livre, o capital corre para financiar a indústria do petróleo.**

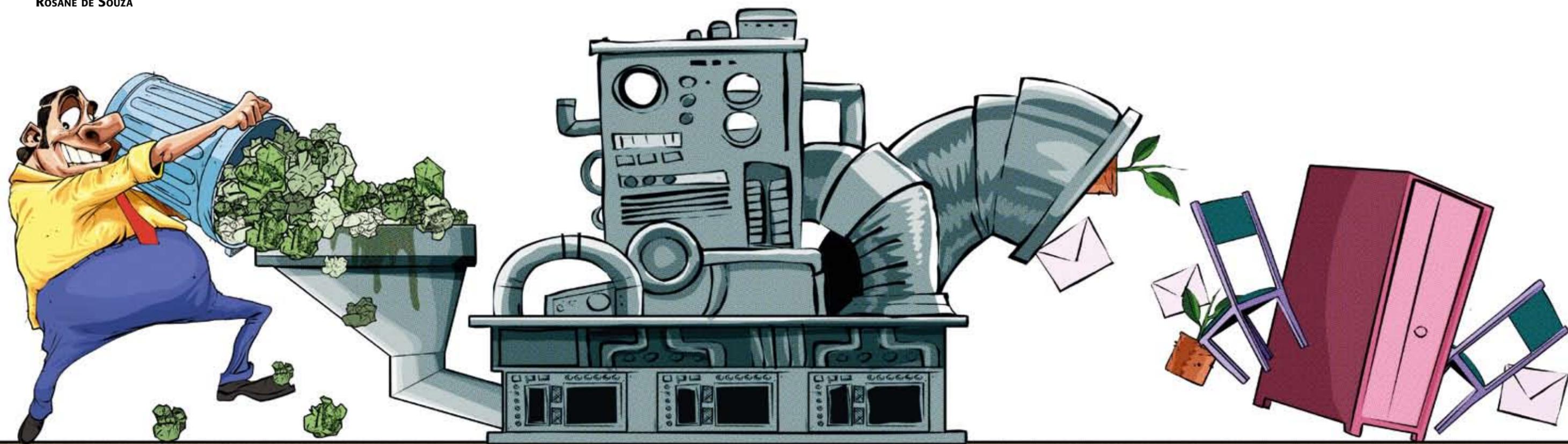
MÁRIO MONZONI  
Professor da FGV/Eaesp



# Lixo extraordinário

**Produção de adubo orgânico em larga escala poderá mudar destino de 2 mil toneladas de dinheiro velho do BC, que anualmente são jogadas em lixões ou aterros sanitários pelas dez regionais do Banco em todo o país**

ROSANE DE SOUZA



O brasileiro produz tanto lixo quanto o europeu – 1,15 quilo por habitante –, pouco menos da metade do campeão absoluto em consumo e descarte de detritos, o norte-americano, que despeja cotidianamente 2,8 quilos de restos nas portas das casas e nos escritórios.

No Brasil, ainda hoje, mais de 10% do lixo produzido pelo homem nem sequer são coletados. A sujeira vai mesmo interromper o curso de córregos e rios, pavimentar terrenos baldios ou gerar inóspitas valas negras nas comunidades pobres. O destino dos outros 90% também é incerto.

São jogados entre o lixão e o aterro sanitário. Apenas 2% se reciclam em usinas de tratamento.

Mas os brasileiros também são mestres em jogar dinheiro no lixo, literalmente. No caso, papel-moeda fora de circulação, que, ao ser decomposto, libera elementos químicos prejudiciais ao meio ambiente. Os números são expressivos. Só em 2011, o Banco Central descartou 2 mil toneladas de notas velhas, chamadas “dilaceradas”. No ano anterior, de acordo com técnicos do Departamento de Meio Circulante do BC, o dinheiro dilacerado que foi para o lixo de ci-

dades como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre pesou quase 1.800 toneladas. Em Belém, o descarte chega a 126 toneladas por ano. Até hoje, as notas danificadas ou desgastadas, que não apresentam mais todas as características de segurança, são picotadas e despejadas no único lixão a céu aberto do Pará. Em São Paulo, entre 2010 e 2011, foram atiradas no lixão 343 toneladas de notas picotadas e no Rio, 276. Em Brasília, pouco mais de 250 toneladas de papel-moeda envelhecido têm o mesmo destino.

### ► Domínio da tecnologia

Essas notas danificadas que são retiradas anualmente de circulação passaram a alimentar, também, a partir de 2005, o sonho de um Banco Central verde, que transforma dinheiro dilacerado em adubo orgânico para alimentar a terra e os que nela vivem.

O primeiro projeto para dar um destino nobre ao papel-moeda nasceu em Belém, no Pará, numa parceria bem-sucedida entre o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra). A esse projeto somaram-se depois o governo do estado e o próprio BC, com o qual foi firmado um convênio.

Atualmente, a proposta de uso do dinheiro velho como adubo está em processo de certificação tecnológica, mecanismo menos custoso do que o patenteamento, segundo o professor Carlos Augusto Cordeiro Costa, engenheiro agrônomo e professor da Ufra, a quem o Sinal de Belém pediu o estudo de utilização sustentável do papel-

moeda. “Com a certificação, teremos o imediato domínio da tecnologia”, disse Costa. Ele acredita que em seis meses a certificação estará concluída e o projeto, finalizado, prontinho para uso.

O professor Costa assegura que o procedimento de reutilização de cédulas do real para produção de adubo orgânico pode ser adotado nas dez regionais do BC no país, desde que sejam construídas usinas de compostagem. “Estamos em condições de produzir adubo orgânico em larga escala”, enfatiza. Apesar disso, outros projetos enviados para apreciação do BC juntaram-se à iniciativa pioneira de transformar resíduos de cédulas em fertilizante das terras de 21 famílias de pequenos agricultores do chamado Cinturão Verde de Belém.

O Banco Central está avaliando outras experiências de reutilização do dinheiro, caso das propostas de uso de notas velhas na construção de tijolos e até de móveis. É que, na opinião dos técnicos da instituição, o tratamento da totalidade do seu lixo é

mais complexo, não cabendo numa única solução. Há um projeto no Rio, construído em uma universidade, que mistura dinheiro e argamassa e produz tijolos. Em São Paulo, a ideia é utilizar restos de cédulas para fazer armários, mesas e cadeiras ecológicos.

Existe até mesmo projeto semelhante ao originado em Belém, no caso, o de uma empresa do Paraná, que propõe misturar os picotes de cédulas com terra para adubar áreas de reflorestamento. A experiência de Belém propõe a mistura de dinheiro velho com outros materiais orgânicos, entre eles, hortifruti, galhos, legumes e hortaliças, e, daí, criar adubo orgânico para a lavoura. Legumes e hortaliças utilizados na produção do adubo serão recolhidos nas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa), que atualmente também mandam para o lixão toneladas de restos de alimentos.

Os especialistas do Departamento de Meio Circulante do BC se dizem atentos a todas as iniciativas de reciclagem dos fragmentos de “cédulas

inservíveis para circulação”, com o objetivo único de atender, ao pé da letra, à legislação ambiental do país, e mais propriamente à Lei 12.305, que regula a política nacional de resíduos sólidos, assim como as legislações de cada local em que o dinheiro é jogado fora.

### ► Problema mundial

A maioria dos bancos centrais do planeta deposita seus resíduos de notas picotadas em aterros. Outros, segundo os técnicos do BC brasileiro, incineram

a dinheirama. Há quem gere energia elétrica para uso próprio a partir da queima do dinheiro velho. O Banco da Inglaterra era um dos que queimavam o dinheiro, mas resolveu suspender a prática quando descobriu as vantagens da produção de adubo com o que restava da libra esterlina.

Já o BC do Canadá optou por continuar a jogar dinheiro no lixo, enquanto os japoneses buscaram produzir energia elétrica (combustível sólido), material de escritório e até de construção. Nos Estados Unidos, cada

um dos 12 bancos centrais integrantes do FED (Federal Reserve System) escolhe o que fazer: há quem opte por jogar toneladas de dólares nos aterros sanitários; há quem ache que é mais negócio produzir fertilizante ou combustível com os resíduos do papel-moeda. Ou seja, de acordo com os servidores do BC brasileiro, cada um deles dá destinação diferente ao seu lixo, desde o despejo em aterros, queima ou compostagem, e só em pequeno grau reciclagem, com o objetivo de gerar novos produtos. ■

**O Banco Central está avaliando outras experiências de reutilização do dinheiro, caso das propostas de uso de notas velhas na construção de tijolos e até de móveis. É que, na opinião dos técnicos da instituição, o tratamento da totalidade do seu lixo é mais complexo, não cabendo numa única solução.**



## O novo caminho do lixo no Rio

No Brasil, até hoje, o dinheiro velho é jogado nos aterros sanitários. No Rio de Janeiro, cidade que sedia a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, de 20 a 22 de junho, seu destino era mesmo o famoso lixão de Gramacho, que, no primeiro dia de junho deste ano, começou a fechar suas portas após 34 anos de atividade ininterrupta nos seus 1,3 milhão de metros quadrados.

O caminho do lixo no Rio vai, aos poucos, ser desviado de Gramacho para Seropédica, município de 78 mil habitantes, onde foi instalada uma moderna Central de Tratamento de Resíduos, que está sob concessão da CTR Ciclus. A prefeitura espera, com o tratamento dos resíduos, não só acabar com a contaminação diária do solo, como também transformar o chorume (líquido proveniente da decomposição da matéria orgânica) em água utilizável e o biogás, em ativo econômico (geração de energia ou gás natural). A presidente da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), Ângela Fonti, garante a qualidade do tratamento do lixo na Central de Tratamento de Resíduos de Seropédica com uma simples frase: “No local, não aparece nem urubu nem mosca.”

Segundo Ângela Fonti, desde o início de junho, 6 mil toneladas diárias de lixo já estão sendo encaminhadas para Seropédica, através de quatro centrais de transferência e triagem de recicláveis construídas nos bairros do Caju, Jacarepaguá, Irajá e Fazenda Botafogo. “Caminhões pequenos recolhem o lixo nos bairros e o leva para as estações de transferência, que num futuro próximo serão sete, enquanto carretas grandes se encarregam de levar os detritos para Seropédica”. Segundo ela, 2 mil toneladas continuam a ser despejadas em Gericinó, mas a previsão é que, ainda este ano, Central de Tratamento de Resíduos receba 9.747 toneladas de lixo por dia.

# Os desafios da **economia verde**



**Embaçada pela crise financeira dos países da Zona do Euro, a lenta recuperação dos Estados Unidos e a desaceleração do crescimento econômico da China e do Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro, pode acabar se tornando um evento de boas intenções e quase nenhum resultado prático**

**PAULO VASCONCELLOS**

Especialistas não apostam muitas fichas num acordo entre os governos dos principais países para aumentar a blindagem do planeta ao aquecimento global ou à emissão de gases poluentes do efeito estufa. Num cenário de incertezas, com possibilidade de repique de uma grande recessão, propostas que prevêm um aumento de tributos para quem polui mais e de financiamento dos projetos de redução das emissões de CO<sup>2</sup> enfrentam muita resistência.

O compasso de espera em que estão postas as causas ambientais pode agravar a previsão da ONU, feita no fim de maio, da migração de 1 bilhão de pessoas até 2050, por causa de mudanças climáticas e catástrofes naturais. A compensação estaria no aproveitamento de duas possibilidades abertas pelo evento: o aumento da conscientização da população mun-

dial sobre as ameaças ao planeta e o avanço do debate sobre os desafios da sustentabilidade. A Rio+20 pode servir ao aprimoramento da definição de economia verde, que indicadores devem ser usados para medi-la, qual o melhor rumo para mudar os hábitos de consumo da sociedade, a importância do desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento de sistema de produção mais limpo e as vantagens e desvantagens da precificação dos produtos ambientais.

#### ► **Ponto de partida**

“As expectativas para a Rio+20 não são muito promissoras em termos de um grande acordo internacional para financiar o desenvolvimento sustentável. Será uma pena se não se alcançarem mais avanços em termos de metas e financiamentos”, diz Marilene Ramos, presidente do Instituto Estadual de Ambiente

do Rio de Janeiro (Inea). “A Rio+20 vai reunir um monte de gente, vai mobilizar a sociedade, deve produzir uma espécie de declaração que será o ponto de partida com metas, sem sanções, que podem servir de orientação para a sociedade no futuro, mas as questões mais importantes, a fadiga de propostas que não são operacionalizadas e de onde vão sair os recursos para a transição para uma economia verde devem ficar à margem”, prevê o economista Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B, que presta consultoria estratégica e econômica.



“Do ponto de vista governamental, não se espera nenhum tipo de acordo internacional, mas todos os esforços são de busca de parâmetros de desenvolvimento sustentável. De qualquer forma, significa a oportunidade de a sociedade global se reunir e dar um recado sobre a civilização que busca”, afirma Marta Irving, professora do Programa Eicos, de Ecologia Social e Psicossociologia de Comunidades, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A preparação da cidade para a recepção das delegações estrangeiras já revela um pouco das preocupações que devem permear as negociações oficiais. Às vésperas da cúpula, a prefeitura do Rio inaugurou o primeiro trecho da linha de ônibus articulado de trânsito rápido, o BRT Transoeste (da sigla em inglês para Bus Rapid Transit), com 56 quilômetros de extensão, da Barra da Tijuca a Campo Grande e Santa Cruz, na Zona Oeste, para beneficiar 220 mil pessoas por dia com um sistema de transporte coletivo de qualidade e menos poluidor. O Comitê Nacional de Organização da Rio+20 teve o cuidado de selecionar apenas veículos movidos a etanol ou biodiesel e gasolina E20-E25 (com 20% a 25% de etanol) para a locomoção das delegações oficiais. Também encomendou a elaboração de projetos de compensação das emissões de carbono provocadas pelo evento – do desembarque dos chefes de governo e ambientalistas de todo o mundo no Aeroporto Internacional Galeão–Antônio Carlos Jobim ao transporte dos participantes aos locais do encontro,

da produção de lixo ao consumo de água. Afinal, a estimativa era de um público de até 38 mil pessoas nos pavilhões do Riocentro, que abriga as reuniões oficiais, e de pelo menos 18 mil militantes, turistas e moradores da cidade na Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo.

### ► Quem paga a conta

O Relatório Economia Verde, um estudo com mais de 400 páginas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) que tenta apontar alguns caminhos para uma nova abordagem da economia mundial, não escapou às críticas. O trabalho considera possível conciliar crescimento, sustentabilidade e inclusão social, embora não apresente estimativas para os custos de inclusão social, e propõe a retirada imediata de todos os subsídios fiscais concedidos à energia de combustível fóssil.

“É um equívoco cruel pretender convencer os países emergentes de que não existem elevados custos de transição para sairmos da ‘economia marrom’ e atingirmos a condição de ‘economia verde’. Sem transferência de recursos financeiros e tecnologia para o lado de baixo do Equador, o desemprego verde virá”, defendeu o economista Mário Ramos Ribeiro, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), em artigo publicado no sítio EcoAgência.

O desafio da sustentabilidade, que embala a Rio+20, mas pode dividir os chefes de Estado confrontados com a questão crucial sobre quem paga a

conta da transição para a economia verde, não chega a ser consenso nem entre os ambientalistas. A dúvida se deve ser medida em indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de riquezas que um país produz, ou um índice de felicidade interna bruta, proposto pela antropóloga norte-americana Susan Andrews, pode acabar restrita à retórica. Pensadores mais práticos tentam definir os instrumentos indispensáveis a um novo padrão de produção e consumo menos agressivo ao meio ambiente.

“Financiamento, transferência de tecnologia e metas mandatárias são três pontos cruciais hoje para a economia verde”, diz Marilena Ramos. “A grande contribuição da economia verde é repensar a própria velocidade que o sistema capitalista tem adotado como padrão de exploração e de ganhos. Há, é claro, empresas Hulk, que se tornam verdes apenas quando pressionadas, mas na essência todos percebem que algo precisa ser feito, não só por conta da questão ambiental, mas também para a sobrevivência das próprias empresas”, afirma o cientista social Carlos Frederico Lúcio, coordenador da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) Social. “Tem gente que se acha ecologicamente correta porque fecha a água da torneira e usa ecobag. Isso é a banalização”, completa Marta Irving. “As pessoas sempre procuram uma válvula fácil para expiar suas culpas e não se dão conta de que ser sustentável exige repensar padrões éticos e hábitos de consumo.”

### ► Qualidade da inclusão

Hábito de consumo e desperdício são dois nós na questão da sustentabilidade. O Brasil, que se orgulha de ser o campeão mundial na reciclagem de latas de refrigerante e cerveja, ainda registra níveis baixos de reciclagem em geral: apenas 3% contra 30% dos países mais avançados. Na contramão dos avanços em biocombustíveis, o país ainda convive com lixões nas grandes cidades. Esbanja exuberância em alguns itens de consumo, como os três aparelhos de celular por pessoa, mesmo que para muitas delas ainda falte o mais elementar: saneamento básico.

“O desenvolvimento sustentável está apoiado em desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, mas o Brasil ainda tem indicadores significativos de pobreza, que é um fator de degradação ambiental”, afirma Marilene Ramos. “O Brasil tem de discutir a qualidade da inclusão, que é uma das grandes contribuições do desenvolvimento sustentável. Pelo viés da economia, as pessoas estão comendo mais e consumindo mais, mas a nossa educação ainda é sofrível, e os indicadores de saúde, violência e trabalho informal mostram que o Brasil pouco mudou. Não dá para falar que somos modernos porque nossa economia está entre as maiores do mundo – até porque nossa economia não é tão forte assim”, diz Carlos Frederico Lúcio.

O país, que tem exibido alguma força também em Pesquisa e Desenvolvimento, pouco mudou quando se

trata de avanço tecnológico voltado à economia verde. O estudo “Vantagens Comparativas, Inovação e Economia Verde”, apresentado no fim do ano passado pelo economista Cláudio Frischtak no Fórum Nacional, revela que os gastos de P&D voltados à construção de uma economia verde – tanto no agregado, como nas áreas em que o Brasil detém fortes vantagens comparativas – são inferiores a 3% do total despendido em 2010. “A médio e longo prazos, (isso) põe em risco a posição do país. Nesta perspectiva, se torna imperativo a construção de uma agenda de política de inovação voltada à proteção dos ecossistemas, ao uso inteligente dos recursos da biodiversidade, às energias renováveis e o reforço da agricultura de baixo carbono”, propõe o estudo.

### ► O valor da natureza

Outra via rumo ao desenvolvimento sustentável seria a necessidade de precificação dos bens ambientais. Os defensores da ideia acham que só pelo preço se poderia dar maior valor ao patrimônio natural do país e provocar uma mudança nos hábitos de consumo. A precificação é temida, porém, por especialistas que acreditam que isso poderia ser um tiro no pé.

“O patrimônio ambiental não é contabilizado. Precisa ser”, defende Marilene Ramos. “Para se redefinir os padrões de consumo, é preciso um cavalo de pau na reprecificação dos produtos. Parte do desperdício tem a ver com os padrões de consumo, e a melhor forma de evitar o desperdício é

precificar o preço dos produtos”, afirma Cláudio Frischtak. “O que preocupa é uma precificação de tudo que existe. Natureza passa a ser serviço ambiental. Não dá para precificar tudo e achar que isso vai resolver os problemas da humanidade. Se for para pensar num processo mais profundo de discussão da crise, é importante. Pode ser o caminho possível para que o mercado entenda o processo da crise, mas não pode se tornar uma discussão banal”, diz Marta Irving.

O debate ambiental quase nunca é imune a divergências pontuais. O importante da Rio+20 é que todos vão se reunir em torno da busca de um consenso de algo crucial para a sobrevivência da humanidade. A fome no mundo, que pela primeira vez em 15 anos caiu 10%, em 2010, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), ainda é uma tragédia que a cada seis segundos mata uma criança por causa da desnutrição – e vai piorar num cenário de escassez de alimentos, por consequência do clima. Projeções da ONU prevêm que em 2050 mais de 45% da população mundial não terão água para as necessidades básicas – um problema que hoje já afeta 1,1 bilhão de pessoas praticamente sem acesso à água doce e deve piorar se o homem não preservar os mananciais. Evitar a catástrofe não é fácil – e se sair um consenso em torno da ideia de que esse é o inimigo a ser vencido hoje, a Rio+20 já terá feito o seu papel. ✓

# “A economia não vai fazer um mundo muito melhor”



O senador Cristovam Buarque é um político com ideias firmes e algumas obsessões. Uma delas, a educação. Escola de qualidade, para todos, em tempo integral. Como fazer isso? Com a federalização do ensino básico, propõe. Palestrante da Rio+20, também é radical quando discute o futuro do planeta. Para ele, só há um caminho: rever, com urgência, os conceitos de emprego e recessão. Confira, abaixo, sua entrevista à **Por Sinal**:

■ **Que contribuição o senhor acha que o sistema financeiro pode dar ao projeto de sustentabilidade?**

Eu acho que a sustentabilidade não tem muito a ver com o sistema financeiro. Sustentabilidade é uma coisa bem mais ampla, na qual o sistema financeiro entra como um agente sem poder. Por quê? Porque o que faz uma sociedade, digamos assim, não ser sustentada é o excesso de consumo. E aí a gente vai aos bancos para financiar o nosso consumo. Não é o banco que deve parar de emprestar dinheiro, é a gente que deve parar de pedir dinheiro emprestado.

■ **Mas os bancos poderiam não emprestar para empresas que desrespeitam o meio ambiente, que contribuem para o desmatamento, por exemplo.**

Não tinha visto nesse sentido, foi bom você levantar isso. Mas vamos chegar lá. O primeiro problema é que a gente bate muito só nos bancos. Mas, no mundo de hoje, duas voracidades são aliadas: a do lucro do sistema financeiro e das empresas privadas e a do consumo de cada pessoa. É um casamento maldito, cujo filho é a destruição ecológica, o acirramento mesmo da desigualdade. E aí o banco é apenas uma parte que, involuntariamente, pela sua voracidade, termina, como todos os outros, provocando a insustentabilidade, o desequilíbrio. Agora, de certo ponto de vista, você traz a ideia do sistema financeiro sendo instrumento de redução do agravamento do desequilíbrio, ao escolher a quem financia.

■ **Já existem alguns acordos e protocolos entre o BC, o Ministério do Meio Ambiente e a Febraban nesse sentido.**

Eu creio que não se deve financiar agência de turismo que sai para caçar elefante, se o elefante estiver em extinção em algum lugar. Ou financiar empresas que vão destruir

florestas. Estou de acordo, isso pode ser. Mas acho que vai ser muito difícil o sistema financeiro ter esse papel. O papel está nos estados de não deixarem que se destruam as florestas. Está nos estados considerarem crime derrubar florestas e não emprestarem.

■ **Mas o Banco Central está estudando normas, exigências, para os grandes empréstimos. Por exemplo, para financiar uma hidrelétrica seria necessária toda uma documentação que comprove que o meio ambiente não vai ser danificado.**

Entendi. Seria, por exemplo, criar regras que exijam que as fábricas coloquem filtros na poluição que geram. Isso eu estou de acordo. Mas não vai haver, realmente, sustentabilidade enquanto o padrão de consumo for o atual. Não adianta. Quando eu digo que não adianta, não quer dizer que não se deva fazer, mas é como fazer a Lei do Ventre Livre, não abolir a escravidão. Claro que foi positiva, mas não aboliu a escravidão. O que vai realmente dar a sustentabilidade é uma mudança do padrão de consumo. Por exemplo, deixar de medir a performance da economia de um país pelo PIB.

■ **Trabalhar com novos índices, não?**

Sim. Deixar de considerar como parte do PIB, por exemplo, a produção de armas. Arma não é um produto da economia, arma é um produto de defesa ou para defesa. Prestigiar mais os bens públicos do que os bens privados. Táxi, ambulância, carro da polícia, ônibus, trens. O que vai realmente dar sustentabilidade é uma mudança no padrão de consumo de produção e de distribuição. Até lá, e isso demora, eu creio que, de fato, vocês trouxeram um ponto interessante. Os bancos criarem regras mais protetoras do meio ambiente na hora de decidir os empréstimos.

**O Brasil vai fazer a Rio+20 uns dias após aumentar os incentivos à venda de automóveis privados. Agora, como resolver isso? Eu acho que só tem um jeito. É mudar o conceito de emprego e de recessão.**



■ **Falando em novo padrão, quais seriam os caminhos possíveis para o enfrentamento da atual crise mundial, sem entrar em saídas recessivas, em desemprego, por um lado, e sem buscar o desenvolvimento a qualquer preço, por outro? Dentro disso, a redução do imposto de automóveis para estimular a demanda e aquecer a economia não seria um contrassenso?**

Um absoluto contrassenso. O Brasil vai fazer a Rio+20 uns dias após aumentar os incentivos à venda de automóveis privados. Agora, como resolver isso? Eu acho que só tem um jeito. É mudar o conceito de emprego e de recessão. E aceitar a possibilidade de uma pessoa considerar como parte de seu bem-estar ter mais tempo livre, mesmo que com menor renda. Por que a gente diz que os jovens na Espanha estão desempregados, e por isso vamos investir para criar emprego, em vez de investir para que eles estudem? Em vez de investir para que cuidem melhor dos próprios pais? O ciclo de emprego tem de mudar. Não temos como empregar todo mundo, a não ser proibindo a inovação tecnológica. E não podemos proibir inovações tecnológicas. Por isso, nós

temos é que aprender a conviver com mais tempo livre; e ter tempo livre como um propósito da pessoa, e não só a renda. Quando eu digo tempo livre, é mesmo até, se necessário, com redução de renda. Mas sabendo o que fazer com o tempo livre, podendo até mesmo desenvolver atividades que gerem rendas, além do emprego. Mas pode ser apenas para usufruir a vida, com mais tempo para as atividades culturais, e também para a família. Por que ficar mais tempo com a família é considerado não emprego?

■ **A economia solidária, de alguma maneira, busca um caminho parecido...**

A economia solidária é um dos caminhos para isso. Mas vamos voltar à sua pergunta. Eu não vejo saída para a Europa pela economia. A saída para a Europa vai ser por uma mudança de postura, de proposta, de objetivos. Não vai ser a geração de empregos. Como é que se vai gerar emprego para as massas que estão chegando ao mercado de trabalho? Aumentando o número de fábricas? Para produzir o quê? Para produzir aonde? Para quem? Nós estamos pensando ainda de maneira muito tradicional. Este último pacote do governo – e eu disse ao Mantega (ministro da Fazenda) no Senado – é dos anos 1950! E ele me respondeu: “Não, nós não estamos nos anos 1950. Basta ver que diminuiu a desigualdade.”

■ **E não diminuiu?**

Primeiro, diminuiu muito pouco. Segundo, a desigualdade que diminuiu foi de renda, não de educação, não de saúde, não de segurança. Não foi de horas perdidas no trânsito. Aliás, nesse caso, a gente tem uma igualdade, todo mundo perde esse tempo. Terceiro, a diminuição da desigualdade não veio da dinâmica econômica. Veio um pouquinho da dinâmica econômica com emprego e a melhoria do salário mínimo, mas veio, sobretudo, da transferência de renda. Que, por sua vez, não veio da dinâmica econômica, veio da vontade política lá atrás, de Fernando Henrique Cardoso. Todo mundo pensa que foi Lula quem começou, mas não foi. Aliás, começou em Brasília. Aí Fernando Henrique levou para o Brasil. E o Lula ampliou. Foi essa transferência de renda que diminuiu ligeiramente a desigualdade, não a economia. E não vejo como a economia vai fazer um mundo melhor.

■ **Mas, e no curto prazo, o que fazer? Esse processo é de longo prazo, tem a ver com cultura, conscientização, educação...**

Veja bem, o que caracterizou essa civilização que a gente vive, chamada de industrial, é o casamento de quatro coisas que se somavam, e, como todo casamento, só é bom quando há uma sinergia. É a inovação técnica, a democracia política, a justiça social e o crescimento econômico. Acabou o casamento e acabou pela mesma razão que acabam os outros. Surgiram mais dois parceiros: a crise ecológica e o sistema financeiro independente da economia, descolado da economia. Então essas duas coisas quebraram o casamento. Como é que se vai retomar isso? Pode ter pequenos ajustes, aqui e ali, mas a retomada mesmo só mudando o processo, e como gostam de dizer por aí, o paradigma do desenvolvimento.

■ **Seria buscar outra qualidade para o desenvolvimento?**

Sim, buscar qualidade de vida, bem-estar. Conviver com menores horas de trabalho das pessoas. Se possível, com a mesma renda, sacrificando o lucro. Se não for possível, por questões políticas, reduzindo inclusive o próprio salário, aumentando os bens públicos à disposição das pessoas. Entendendo que uma mãe, que cuida de uma criança, e este é um trabalho altamente produtivo, embora não entre no PIB, tenha uma remuneração. Para isso, o governo tem que parar de gastar em certas obras, porque precisa de equilíbrio econômico, e fiscal também. Será que seriam necessários tantos viadutos, se a gente tivesse melhor transporte público? E agora, o que o governo fez? Facilitou a venda de carros, daqui a seis meses vamos precisar de mais viadutos. Com isso, deixa de fazer a escola, porque não tem jeito, não dá para colocar um tijolo em dois lugares. Deixa de botar água, deixa de colocar saneamento.

■ **Pode ser diferente?**

O caminho está errado. Podem ter ajustes, mas são ajustes provisórios, não são pra valer. Vou contar uma história. Eu estive com um professor grego, universitário, que perdeu 40% do seu salário, mas cortaram 40% das horas de trabalho dele. Aí eu perguntei: “O que você está fazendo para viver?”

“Bem, primeiro tirei meu filho da escola privada e coloquei na pública. Agora, estou usando parte dos meus 40% livres para ajudar a escola do meu filho a melhorar. Parei de usar o carro. Mas eu descobri que o ônibus está indo depressa porque os outros também pararam. E arranjei alguns bicos.” Esse cara é diferente, é um professor universitário. Primeiro, o filho estava na particular, o operário já não põe o filho em escola particular. Segundo, ele pode fazer uns trabalhos de consultoria. O operário talvez não possa. Mas a solução é melhorar a escola pública para reduzir a necessidade de renda que você tem. É facilitar o trânsito de um lugar a outro para que você gaste menos tempo e menos gasolina. E menos juros, porque o carro foi financiado, e menos seguro do carro e menos oficina. Tudo isso. A Europa vai ter de fazer uma inflexão, a meu ver. Eu não vejo outra saída.



### ■ Como transformar tudo isso em política pública, de Estado?

Política pública é fácil, a grande dificuldade, e eu não sei como, é convencer a população. Porque, se você olhar as últimas rebeldias na Europa, inclusive eleitorais, são todas para voltar ao passado, nenhuma é para fazer uma revolução. O que os jovens europeus querem hoje é ter o mesmo padrão de vida dos seus pais. Eles não estão querendo fazer revolução. Como mudar – e aí sim, um problema, sobretudo do político –, como fazer um discurso de longo prazo se a eleição é no próximo ano? E o eleitor está se lixando, como você e eu, para daqui a cem anos. No máximo, a gente pensa os próximos cem meses. Pensa no filho, um pouquinho no neto, mas no bisneto, no tataraneto, nada! E depois do tataraneto nem nome tem! Não existe nome para dizer o filho do seu tataraneto! Porque está fora da perspectiva da gente. Como fazer isso? Vai precisar de grandes estadistas. E hoje a gente não tem, vai demorar. Até lá, a gente vai ficar fazendo o que Mantega faz: um pacote aqui, daqui a dois meses, outro. Vai ter de fazer outro daqui a dois meses para resolver a inadimplência, para investir mais na infraestrutura urbana. E enganando. O que os chefes europeus estão fazendo? Eles estão enganando. Estão jogando pra frente, empurrando com a barriga.

### ■ O que o senhor acha que vai sair da Conferência Rio+20?

Eu acho que não vai sair, sinceramente, nada substancial. Por quê? Porque cada chefe de Estado, de governo – aliás, qualquer um de nós, se eu fosse também –, vai para a reunião representando o seu país, e não um problema planetário, mundial.

### ■ Preocupados com os interesses específicos de seu país...

Específico de cada país. É por isso que Obama não vem, com medo disso ser uma besteira. Já pensou o Obama dizer que vai melhorar o transporte público e parar a produção de automóveis? Não tem como ele dizer isso e não perder a eleição. No Brasil também. Então eu não vejo que vá sair muita coisa. A Conferência Rio 92 deu mais resultado, deu Kyoto, deu uma consciência. Nessa, eu não vejo o governo brasileiro querer começar um discurso dizendo: “O mundo está em risco. A

humanidade está ameaçada.” Eu não vejo essa perspectiva de dificuldades. Agora, largado isso não vai ficar, eu mesmo estou participando de um instituto, no Rio de Janeiro, para pensar o futuro. Mas isso, vamos falar com franqueza, não precisa de chefe de Estado, não precisa desse esforço todo.

### ■ Entrando no debate da Rio+20, como o senhor vê a economia verde? Seria a mercantilização da natureza, como pensam alguns ambientalistas?

Eu não estou preocupado se é mercantilização ou não, porque a gente vive em uma sociedade mercantil. O problema é que a economia verde também adia um pouco. Ela é boa, mas não é a solução. Vamos tomar como exemplo o transporte – eu sempre volto ao transporte. Se você colocar etanol no lugar de gasolina, é um passo importante. Mas se você for encher os 50 bilhões de carros do mundo de etanol, tem de destruir todas as florestas. Você tem de parar de produzir comida para fazer etanol. Então a solução é outra. O problema não é mercantilizar ou não a economia verde, o problema é publicizar ou não. E eu acho que tem de publicizar. O problema da economia verde é ela sendo privatista. Mas privatista não é a questão de ter dono da fábrica, porque isso eu acho que a gente vai ter mesmo. Não há nenhum problema em ser dono de fábrica, desde que ele produza aquilo que interessa, pague imposto, gere emprego, tenha lucro. Mas, por exemplo, uma fábrica de ônibus tem um papel público. Uma fábrica de carros para táxis, para ambulância, tem um papel público. Carro para a gente comprar já tem um papel privado. A economia verde é uma boa auxiliar, mas não é o caminho.

### ■ Ela não é a salvação do mundo, mas também não pode ser considerada a inimiga número um.

Ao contrário, ela é uma aliada, sem dúvida alguma. Mas não é a solução.

### ■ Fale um pouco sobre a tecnologia verde, os equipamentos.

Você trouxe um ponto importante. Vamos ter de ampliar o tempo de vida das coisas. Tudo isso que a gente está vendo aqui nesta sala, esses três celulares aqui, daqui a um ano estão mortos. A gente já vai querer outro. Eles durariam tranquilamente dez anos, 15 anos, mesmo caindo. É um absurdo, a obsolescência é um contrassenso com a sustentabilidade. E nós vivemos em uma sociedade de obsolescência rápida, rápida, rápida, das roupas, dos sapatos, dos carros, de tudo. Mas você falou em tecnologia verde. Tecnologia verde é a base da economia verde. No fundo, é a mesma coisa. A não ser que você falasse em tecnologia social verde. Aí mudaria tudo. A metáfora do verde para o social implicaria mudança, ruptura que eu estou propondo. E aí você teria mais longa vida. Como é que se resolve isso? Com uma política fiscal, em que cada produto novo pague um imposto maior do que o antigo. Quando você for comprar, pensa duas vezes. Uma política fiscal que cobre mais da gasolina do que do álcool. Mas não mais como é hoje, por causa da rentabilidade diferente de um e de outro. Com um litro de gasolina você anda mais do que com um litro de álcool. Então, no fundo, o preço é o mesmo. Falo do ponto de vista de quilômetros rodados. Você fazer o preço do álcool ser mais barato por quilômetro rodado do que o da gasolina. Cobrar impostos mais altos de tudo aquilo que leve à insustentabilidade. Dar subsídios naquilo que for sustentável. Aumentar o preço da energia elétrica dependendo de onde ela for produzida e baratear a energia eólica, a energia solar, por exemplo.

### ■ O senhor acha que há espaço para essa discussão na Conferência?

Não. Vai ter espaço para isso fora da reunião dos chefes de Estado, na Cúpula dos Povos. Mas entre os chefes de Estado, não vejo, não. Até porque quem deveria dar essa orientação era a Dilma (Rousseff), ela é a primeira que fala, ela é quem poderia dar o eixo. Eu acho que o Brasil se adaptou diplomaticamente ao que os outros querem. O problema também da Rio+20 é que os diplomatas vão mandar. E os diplomatas não têm ousadia. É proibido diplomata ser ousado. Faz parte da sua formação.

### ■ A sustentabilidade se aprende na escola?

Deveria se aprender, mas hoje, não. Mas não é no currículo, apenas do ponto de vista técnico e formal. É mudando a mentalidade. Um dia desses um padre me perguntou: “O que eu posso fazer para ajudar a sustentabilidade?” Eu dis-

**Hoje a escola é uma fábrica de insustentabilidade, de individualismo, de descompromisso com o social. Mas eu acho que, de qualquer maneira, a criança é mais receptiva a uma mensagem verde do que os adultos. Um bom programa, com todas as crianças nas escolas, com escolas boas, passando a mentalidade de um novo tempo, este é o único caminho que eu vejo.**



se: “Diga que é pecado comprar um carro novo!” Tem de virar pecado. Ações que levem à sustentabilidade. Isto só a educação é que vai dar. Vamos conseguir? Não sei. Hoje a escola é uma fábrica de insustentabilidade, de individualismo, de descompromisso com o social. Mas eu acho que, de qualquer maneira, a criança é mais receptiva a uma mensagem verde do que os adultos. Um bom programa, com todas as crianças nas escolas, com escolas boas, passando a mentalidade de um novo tempo, este é o único caminho que eu vejo. Agora, vai demorar.

■ **O Banco Central fazendo algumas ações para dar educação financeira às crianças e à população em geral. Ensinar a pensar no valor do futuro, em poupar para o futuro. Em vez de consumir hoje, ir acumulando, poupando, e comprar depois.**

Pois é, a ideia de felicidade junto com finanças. Isso é uma coisa boa. A escolha do tempo, que é uma das coisas que está atrapalhando o Brasil. O Brasil tem uma mentalidade imediatista. Nós todos não pensamos lá na frente. O judeu, ainda não totalmente abrigado, tem um compromisso com o futuro. Ele aprende a poupar, como os orientais, os chineses, os coreanos – eles têm uma perspectiva de médio e de longo prazo. Nós não temos. Em vez de poupar, nós nos endividamos. Nós queremos tudo hoje. Esse é o problema. Nossa taxa de poupança não chega a 19%! Estamos sobrevivendo pela poupança externa que está chegando aqui. Sou favorável a ensinar finanças, direitos humanos, Constituição. Para isso, o horário tem de ser integral. Não dá para ensinar isso em quatro horas.

■ **Voltando à educação. O senhor fala muito sobre desigualdade e diz que o berço da desigualdade está na escola. Não adianta transferência de renda se não tem todo mundo com o mesmo acesso ao conhecimento.**

Isso, por um lado, é até um avanço, hoje. Porque, antigamente, o berço da desigualdade estava no berço onde dormia a criança. Hoje, o filho do rico que não estudar vai ter dificuldades. E o filho do pobre que estudar vai ter chance. Agora, por isso, a escola, hoje, já é desigual e faz a desigualdade. Mas se a gente igualasse a escola, construiria a igualdade. Essa frase é de um livro que eu fiz, chamado O Berço da Desigualdade, com fotos do Sebastião Salgado. Eu até pensei em botar O Berço da Igualdade, pelo lado positivo. A escola é o berço da igualdade no mundo de hoje. Não era antes. Antes era o título de nobreza, era o sangue, depois passou a ser a propriedade de terras e de escravos. Era isso que fazia a desigualdade, quem tinha e quem não tinha escravos. Depois veio o capital. Hoje são o dinheiro, o capital e a renda. Mas daqui pra frente não vai ser mais o

capital e a renda se você não aplicar bem na educação do filho. O berço da igualdade não vai ficar na renda. Você pode nascer numa casa muito grande e ficar velha numa casa pequena, se não estudar. Isso é uma mudança positiva do mundo. Deixou de ser o sangue, como na nobreza, deixou de ser a terra, como na fisiocracia, e está deixando de ser o capital. Salvo pelo fato de que no Brasil, lamentavelmente, a educação é comprada. Esse é o problema. Então, filho de pobre continua pobre, filho de rico vai ser rico, não por causa do capital que o pai tem, mas porque esse capital vai ser aplicado na educação dele. Aí o filho vai ter chance, que virá da educação. Então, qual é a principal tarefa do Brasil para ser um país decente? Escola igual para todos. Eu não proponho, como a Noruega, que proibiu a escola particular. Sou contra isso. Eu acho que faz parte da democracia ter escola particular. Eu estou falando na Noruega, mas são muitos países que proibem. Eu sou favorável é de a escola pública ficar tão boa que a particular deixe de ser necessária. Também sou favorável que, com a escola pública muito boa, a gente possa ter um ProUni da educação de base. Muita gente acha que essa minha posição é errada, que seria a privatização da educação. Eu não acho. Também me pergunto hoje em dia por que a gente não cria cotas sociais para a educação de base?

■ **Uma das críticas que o senhor faz é que o governo federal privilegia hoje o acesso às universidades, mas que descuida do ensino básico. Fale do seu projeto de federalização do ensino médio.**

Primeiro, deixa eu dizer uma coisa. Eu não critico o fato de o governo, desde Paulo Renato, ter aumentado o número de matrículas nas faculdades particulares. Não. Eu diria até que uma das maiores revoluções que aconteceram nos últimos tempos no Brasil foi o fato de que, a partir dos incentivos a cursos superiores particulares, os jovens pobres passaram a sonhar com faculdade, com ensino superior. Até esse programa, até os anos 1990, o jovem de classe média baixa nem pensava em entrar na faculdade. Passou a pensar. Com o governo Lula, veio o ProUni, que facilitou o acesso. Foi um bom programa aumentar as vagas nas faculdades, mas gerou um problema social. Aqui em Brasília tem um taxista

que morreu de tanto trabalhar para manter duas filhas na faculdade. Vira uma tragédia social, o menino que tinha de trancar matrícula, o pai que tinha de trabalhar dobrado. O ProUni liberou isso, foi um bom programa, como eu digo, social. Não necessariamente universitário, porque os cursos são tão ruins que nem se pode dizer que há um acúmulo de conhecimento. É como se a gente estivesse hoje no Brasil consumindo aula, e não acumulando conhecimento. Entendeu a diferença? Consumir aula, quando você sai dali, esqueceu. Mas foi positivo.

■ **E o ensino básico?**

O que é lamentável é o governo ter feito esse aumento do número de vagas nas faculdades sem cuidar do ensino fundamental e do médio. Isso é que foi uma tragédia, está sendo uma tragédia. Hoje, não sei se vocês sabem, somando o primeiro ano de todas as faculdades do Brasil, tem mais vagas do que o número de meninos e meninas terminando o ensino médio. Por que não sobram vagas? Porque tem gente que já terminou antes e faz vestibular. Tem um acúmulo de gente fora. Mesmo assim, a disputa no Brasil por uma vaga na faculdade é uma das melhores do mundo. É um dos países que tem mais vagas em relação ao estoque de crianças e adultos terminando o ensino médio. O que a gente deveria ter feito era quebrar essa barreira, essa pirâmide, fazendo assim: o número dos que começam ser igual ao número dos que terminam o ensino médio. O Brasil é uma pirâmide muito fechada. Começam mais ou menos 4 milhões e meio e termina 1 milhão e duzentos. Não foi errado aumentar as vagas, foi errado não cuidar da base.

■ **E como é que se faz isso? Não é de responsabilidade dos governos estaduais?**

Tem que deixar de ser. Tem que ser federal. Não tem resultado, um salto na educação, se não federalizarmos a educação de base.

■ **Isso não é muito radical? Não tem que mexer na Constituição?**

Por que não mexe? A gente mexeu um dia desses para permitir a reeleição! Todo dia a gente mexe na Constituição



aqui. Mas eu não vejo por que mexer. Quer ver um exemplo? Nós já temos 300 escolas federais: Pedro II, escolas técnicas, colégios de Aplicação, escolas militares. São todos federais. A Constituição não diz que só podem ter 300 escolas federais, não limita o número.

#### ■ **Então a solução seria ampliar o número de escolas federais?**

Sim, só que eu acho que se deve ampliar pensando em 200 mil. E a minha proposta é que a gente faça isso por cidade. Então se chega na cidade e todas as escolas ficam federais. Mas e a Constituição não proíbe? Não, porque podem continuar ali as municipais que quiserem. Só que a gente vai ter vaga para todos aqui nas federais.

#### ■ **Não há um consenso na sociedade e entre forças políticas de que é preciso investir pesadamente no ensino básico? Por que não se consegue? Quais os interesses que jogam contra isso? Quem resiste?**

É um consenso, desde que não tenha dinheiro de nenhum lugar. Agora, aí não tem jeito. Ninguém resiste, enquanto for discurso. Vai resistir quando a gente disser: "Olha, para fazer isso, tem que reduzir o salário dos funcionários do Congresso, do Banco Central." Eu duvido que alguém aceite! Vai ter de deixar de fazer Belo Monte, e, portanto, vamos ter de poupar energia. Então vai ter que se tirar de algum lugar. Mas isso seria ao longo de 20 anos, não é fácil fazer isso logo, não. Veja bem o que é a ideia de federalização. É dizer: vamos criar uma carreira nacional do magistério. Alguém é contra isso? E o salário que eu estou propondo é de R\$ 9 mil. Se compararmos com os do Congresso, da Justiça, do Banco Central, da Polícia Federal, não é nada. Mas já dava para atrairmos uma porção de gente boa. Mas a gente não conseguiria mais de cem mil no Brasil. Hoje, se a gente tiver todo o dinheiro do mundo e quiser pagar, não conseguimos mais de cem mil jovens nesse país com competência, preparo, vocação e predisposição para serem bons professores. Então, com cem mil, você precisaria de 20 anos para chegar aos 2 milhões. Agora, você não pode contratar esses professores com muita exigência na seleção, com mais um ano de treinamento antes de contratar, como a gente faz com os diplomatas, são dois anos, e espalhá-los

pelo Brasil. São 200 mil escolas, eles ficariam perdidos. Por isso, você tem de concentrá-los nas mesmas escolas. E aí eu acho que também seria um desperdício concentrar em uma escola, onde todas as outras escolas da cidade são ruins. Você tem de colocar todos eles nas mesmas cidades. Cem mil equivalem a 250 cidades de porte médio. Há 10 mil escolas atendendo 3 milhões de crianças. Em 20 anos, a gente chega a 60 milhões de crianças, 200 mil escolas e 2 milhões de professores. Agora, não adianta jogá-los num prédio qualquer dizendo que é uma escola. A escola tem de ser um prédio muito bonito, muito confortável, cheio de quadra esportiva, de auditório e muitos computadores e televisão. E horário integral. Então, você pode fazer isso por cidade.

#### ■ **Seria uma espécie de Cieps?**

É isso, são os Cieps, colocando computador, que não tinha na época. Colocando a carreira federal do professor, pagando bem melhor do que naquela época. O que tem de importante nessa discussão? Duas filosofias: ir melhorando a educação que está aí, e a ideia de fazer um novo sistema educacional. Eu defendo um novo sistema. Isso se faria paralelamente, mas um vai se esgotando e o outro vai surgindo. Os Cieps eram um novo sistema. Melhorar a escola que está aí não representa nenhum salto.

#### ■ **Eu queria colocar duas coisas em relação à federalização. Uma é a preocupação com a burocratização. E a segunda é uma questão do Paulo Freire, em que o sujeito aprende inicialmente com a sua realidade local. Com a federalização, como é que a gente vai unificar e ao mesmo tempo respeitar essa realidade local?**

A federalização dos meios, com descentralização gerencial e liberdade pedagógica. Como é o colégio Pedro II. Lá, quem manda é o diretor. Agora, o salário vem do governo federal e ele não pode mexer na carreira. Como o reitor das universidades. São federais, mas não estão subordinados ao poder central. A gente não vai mudar as crianças para Brasília. A gente vai mandar o dinheiro de Brasília para o lugar onde estão as crianças. É possível descentralizar. Descentraliza quem? Não é o prefeito, ele pode ser o gerente. Mas eu vou mais longe, eu descentralizaria a própria escola, a escola seria autogestora.



**Esta semana demos dois saltos grandes. A Comissão da Verdade e a Lei da Transparência. São dois saltos fundamentais. O primeiro paga uma dívida com a História e o segundo com a verdade de hoje, que a gente tem de saber qual é.**

Então eu estou radicalizando. Quando falam que eu centralizo, digo não, eu defendo que cada escola tenha sua autonomia. Mas o governo federal vai fazer os Edefs da vida, vai fazer as avaliações, e vai identificar onde é que está indo bem e onde é que está indo mal. Isso na primeira geração. Na segunda geração, esses meninos que passaram por essa escola agora vão para as escolas dos filhos. Eles vão cuidar, eles não vão deixar a escola ficar ruim. Quando um aluno, que teve uma boa educação, souber que pode demitir o professor do filho dele que não está ensinando bem, pronto, não precisa governo federal se meter, entendeu? É descentralizado.

#### ■ **O senhor não acharia interessante valorizar o ensino médio e o ensino técnico?**

A educação de base é fundamental e médio. Tem que ser tudo. Eu defendo até aumentar para quatro anos o ensino médio e todo mundo sair do ensino médio com um ofício. O que você trouxe é para o ano seguinte. Tem de acabar com a mania de que todo mundo tem de ir para uma universidade. Depois do ensino médio, a gente tem de bifurcar a universidade e ensinos pós-secundários que não são, necessariamente, universitários ainda. Aqui não tem. A Finlândia... Fui lá visitar. Estava em um restaurante e aí perguntei: "Mas quem é que estuda nesse outro lado aqui?" Aí o cara disse: "Essa garçonete aí deve ter feito." Uma moça que estava servindo. Aí você vai ver, ela fez o curso pós-secundário de garçonete. Falava três idiomas, entendia de vinho, sabia descrever as calorias da comida e estava querendo agora entrar na medicina. Tem que acabar com isso. Nós passamos de um tempo em que a universidade era só para uma elite, para um tempo em

que a universidade tem de ser para todos. A universidade mesmo, como universidade, tem de ser para os que têm mais talento, mais persistência, mais vocação e que depois vão trabalhar para todos. Aí sim, que é importante. O que faz uma universidade ser democrática não é receber os filhos dos pobres, que não se prepararam bem. É fazer com que os médicos trabalhem para os filhos dos pobres. Agora, o que faz a universidade ser elitista não é que só tem rico, é que só tem quem pode pagar uma escola particular.

#### ■ **Essa nova lei do acesso à informação pública. O que o senhor acha dela?**

Eu acho excelente. Esta semana demos dois saltos grandes. A Comissão da Verdade e a Lei da Transparência. São dois saltos fundamentais. O primeiro paga uma dívida com a História e o segundo com a verdade de hoje, que a gente tem de saber qual é. Tem de saber quanto ganha um senador. Não só o salário, mas as outras coisas todas. O povo tem de ter direito de saber quanto custa um senador.

#### ■ **O senhor acredita que essa Comissão da Verdade vai dar conta?**

Até pelos nomes que estão lá. São pessoas muito boas. É possível que não se saiba tudo. Mas aí não é culpa deles. Mas eu acho que vai se saber muita coisa. Eu estou otimista, sim. A da transparência, a gente vai ter de se acostumar. Vai ser complicado. Mas o Brasil que vem depois vai ser melhor. A mesma coisa é a ficha limpa. Tem gente que vai ser pega sem ser corrupta. Mas é preciso. Alguns pagam o preço, mas depois regula. 🚩

# Consumir menos e poupar mais

**Sinal faz gestão junto a parlamentares para que a proposta do Sistema Financeiro Cidadão seja discutida no Congresso. Uma das missões do BC seria ensinar à população administrar seus rendimentos**

A preocupação do Sinal com a cidadania alcançou um novo patamar. O Sindicato tem feito gestões junto a parlamentares e integrantes do Executivo para encaminhar ao Congresso o projeto de regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro e propõe, entre outras medidas, a educação financeira da população, visando conscientizá-la sobre a importância da poupança e do consumo responsável, garantindo ao cidadão os meios para a administração dos próprios bens e rendimentos. A expectativa é que a iniciativa beneficie 40 milhões de pessoas.

Representantes do Sinal já levaram o estudo ao novo líder do governo na Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP). Eles estiveram, ainda, com os deputados Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) e Jilmar

Tatto (PT-SP), novo líder do partido na Câmara. Em maio, foram recebidos na Secretaria-Geral da Presidência da República. Agora, aguardam por uma audiência com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

“A ideia é que se o projeto partir do Executivo, facilitará seu encaminhamento na Câmara dos Deputados e no Senado”, diz Iso Sendacz, diretor de Relações Intersindicais do Sinal. “O importante é provocar o debate em torno do projeto, o que, por si só, pode servir à mobilização dos parlamentares.”

## ► Inclusão financeira

O projeto do Sistema Financeiro Cidadão começou a ganhar forma em 2010 com a aprovação pela Assembleia Nacional Deliberativa (AND) daquele ano, da proposta de Projeto de Lei Complementar apresentado pelo Gru-

po de Trabalho Nacional formado na AND de Canela (RS), dois anos antes. A lei que regula o sistema financeiro é de 1965 e não atende mais à complexidade do quadro atual. As consultas promovidas na AND resultaram num debate nacional e depois num livro, que serviu de ponto de partida para a elaboração do projeto de lei, focado na promoção da inclusão do cidadão e na ampliação da competência do Banco Central na manutenção da solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O objetivo é promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável do país. Para isso, são estabelecidas diretrizes gerais visando um sistema financeiro cidadão em que o princípio básico, além da estabilidade do poder de compra da moeda brasileira e da solidez e eficiência do SFN, sejam ações de promoção do desenvolvimento social.

Entre as medidas estão:

- Coordenação das políticas monetária, creditícia, de seguros e previdência privada, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa, de forma a alcançar níveis elevados de crescimento econômico, o pleno emprego e condições para manutenção da taxa de juros do país em níveis internacionais;
- Direcionamento da aplicação dos recursos das instituições financeiras governamentais e privadas, tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do país, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
- Observância aos princípios e diretrizes que norteiam a responsabilidade socioambiental das instituições que compõem o sistema financeiro nacional e em suas atividades relativas à concessão de crédito.

## ► Democratização do sistema

O projeto também tem princípios específicos para atender aos interesses da coletividade, com diretrizes gerais para a democratização do sistema financeiro. Uma delas estabelece a distribuição das instituições operadoras (bancos), de forma que se mantenha atendimento de qualidade para todos os setores da economia e em todas as regiões do território nacional, em especial, atividades e áreas menos desenvolvidas. Outra prevê a criação de regras de taxonomia para todas as informações prestadas pelas instituições que operam no sistema financeiro, visando facilitar a comparação, pelos usuários, entre os diversos produtos e serviços em oferta no mercado. O aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros também é apontado como medida importante para o melhor atendimento dos usuários a custos menores.

Outro foco é a fiscalização das instituições operadoras em todo o território nacional, com o objetivo de aprimorar as relações entre fornecedores e consumidores de serviços e produtos financeiros. As diretrizes propõem, ainda, a imediata intervenção em projetos, operações, fundos, empresas e instituições que possam vir a oferecer risco ao SFN ou representar ameaça de grande comocção à coletividade. As medidas corretivas incluiriam o estabelecimento de regras para que as operações respeitem a ética e a transparência no relacionamento com a comunidade e ações que promovam a mitigação de impactos sociais e riscos ambientais e de proteção aos usuários do sistema financeiro, dos investidores no mercado de capitais, dos beneficiários de seguros e participantes em fundos de previdência. ■



# Lei garante acessibilidade a deficientes

## Com recursos do microcrédito, bancos oficiais financiam, a juros baixos, compra de equipamentos

O Banco do Brasil liberou, em apenas três meses, R\$ 2 milhões em financiamentos, com recursos do microcrédito e taxa de 0,64%, a pessoas com deficiência, para a aquisição de aparelhos e equipamentos. A medida atende à Lei nº 12.613, que garante a subvenção econômica de até R\$ 25 milhões por ano para que instituições financeiras oficiais forneçam crédito a pessoas com necessidades especiais. HSBC, Bradesco e Santander possuem linhas de crédito direto ao consumidor (CDC) para o financiamento de equipamentos, enquanto Itaú e Caixa Econômica Federal (CEF) os oferecem por meio da política de microcrédito definida no começo do ano pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A lei beneficia pessoas com deficiência que ganham até dez salários mínimos por mês. O financiamento pode chegar a 100% do preço do produto até o valor máximo de R\$ 30 mil. Entre os bens que podem ser financiados estão cadeiras de rodas (inclusive motoriza-

das), ampliadores de imagem, computador portátil braille e equipamentos de adaptação para veículos automotores. No caso do Banco do Brasil, o acesso ao crédito é garantido aos clientes com limite de crédito aprovado, renda mensal bruta de até dez salários mínimos e limite de crédito disponível. A taxa de juros é 0,64% ao mês e o prazo para pagamento vai de quatro a 60 meses.

### ► Renúncia fiscal

A Lei nº 12.613 é resultado da Medida Provisória 550, baixada pela presidente Dilma Rousseff no âmbito do Programa Viver sem Limites. A MP foi lançada no fim do ano passado, junto com a MP 549, que determina a isenção de PIS e Cofins para a importação de equipamentos de acessibilidade. Em novembro, o CMN regulamentou a medida provisória e estabeleceu condições para os bancos emprestarem a essas pessoas com recursos do microcrédito. Primeiramente, os juros efetivos não poderão ser maiores do

que 2% ao mês. O valor da taxa de abertura de crédito (TAC) não poderá ser maior do que 2% do valor total do empréstimo. As operações também deverão ter prazo mínimo de 120 dias (quatro meses). Esse prazo pode ser menor, desde que a TAC seja reduzida na mesma proporção.

A MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados e transformada em lei em 14 de março com apenas uma modificação: a possibilidade de aumento gradual da subvenção. O Senado aprovou o projeto em 27 de março, sem alterações; a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei em 18 de abril. A renúncia fiscal estimada com a medida é de R\$ 16,9 milhões, em 2012, e R\$ 17 milhões, em 2013.

### ► Acesso ao mercado de trabalho

“A expectativa é que a lei possa ajudar a inclusão de milhares de deficientes”, diz a relatora do projeto, deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), cadei-



rante, desde que quebrou o pescoço num acidente de automóvel. “A ideia é tirar as pessoas de casa e garantir-lhes acesso mais fácil ao mercado de trabalho, para que se tornem úteis.”

Os bancos são obrigados a destinar 2% dos depósitos à vista para o microcrédito, o que totaliza cerca de R\$ 1 bilhão. Parte dos recursos, agora, também poderá ser usada para financiar a compra de bens e serviços que ajudem a locomoção de pessoas com deficiência.

É o caso de Lucila Ramos, de 35 anos, moradora da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Portadora de necessidades especiais desde a infân-

cia, ela gostaria de trocar a cadeira de rodas que comprou há quatro anos por um modelo motorizado. “Na época, só consegui comprar o equipamento porque tinha conta há bastante tempo no banco, mas lembro que paguei juros nada amigáveis”, diz. “Agora, com juros mais baixos, posso comprar uma cadeira mais moderna.”

Dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que 45,6 milhões de pessoas no Brasil, algo em torno de 24% da população, têm algum grau de deficiência. Entidades de defesa dos deficientes preferem as estatísticas da Organização Mundial da Saúde

(OMS): 10% da população dos países em desenvolvimento têm algum tipo de deficiência.

A ideia da subvenção pública para um financiamento bancário não agradou à direção do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), que desde 1998 luta pela inclusão e cidadania dos portadores de necessidades especiais. “Não entendo por que os bancos têm de receber subvenção de recursos públicos para financiar deficientes, quando isso deveria ser um projeto das próprias instituições financeiras. O montante de R\$ 25 milhões não representa nada no universo de necessidades dos deficientes, e seria muito mais importante que o Estado garantisse a saúde e fornecesse próteses de qualidade e não aparelhos que o deficiente nem pode usar”, afirma Teresa d’Amaral, presidente do IBDD.

Consultado, o diretor nacional de comunicação do Sinal, Gustavo Diefenthaler, também deficiente físico, concorda de que as próprias instituições financeiras, sem nenhum tipo de renúncia fiscal, poderiam oferecer programas de crédito especial aos deficientes físicos que não tenham recursos para financiar a compra de bens e serviços que facilitem sua locomoção. Mas faz uma ponderação: “Sem essa obrigatoriedade os bancos dificilmente vão oferecer esses recursos. E, mesmo assim, quase sempre é preferível arcar com os custos do descumprimento do que controlar créditos de pequeno valor. Isso independe da obrigação do Estado de garantir saúde e fornecer próteses de qualidade”. ❑

# Jarbas, a alegria de pelear

MYRIAN LUIZ ALVES\*

“Estou bem se você também está.” A frase sintetiza o companheirismo de Jarbas Athayde Guimarães Filho, fundador do Grupo de Estudos do PASBC-RJ, chamado Grupo do Rio, que se reúne religiosamente às quartas-feiras na sede da Regional do Sinal, na Avenida Presidente Vargas.

Morador de Itaipu, distrito de Niterói, diagnosticado com câncer, Jarbas viaja ao Centro carioca com o amigo de grupo Claudio José Paes de Oliveira, que o conheceu durante uma reunião, em setembro de 2004.

Naquele encontro, o Sinal-RJ informava aos aposentados que as propostas de gratificação de desempenho (GD) não os incluíam. Após várias reuniões de aposentados, uma Assembleia Nacional, em novembro do mesmo ano, decidiu pela luta por paridade, enfim vitoriosa.

“Afastada a ameaça do prejuízo, Jarbas e outros colegas optaram por

discutir o Programa de Saúde dos Servidores do Banco Central (PASBC), que enfrentava dificuldades”, conta Claudio. Estavam ainda tateando no assunto quando anunciaram uma eleição para o Comitê Gestor do programa. O grupo lançou, então, o nome de Jarbas para a vaga destinada aos aposentados. Eleito, foi reconduzido três anos depois com a maior votação entre as candidaturas nacionais.

Atualmente, em seu terceiro mandato no Comitê, Jarbas continua coordenando o Grupo do Rio, com sua determinação e compromisso com a saúde dos servidores e aposentados do Banco Central. Orienta, com paciência e cordialidade, todos os que o procuram para esclarecimentos particulares e de dependentes.

Outro amigo, Sergio Coelho, também conheceu Jarbas em 2004, na Assembleia Nacional Deliberativa (AND), realizada em São Paulo, junto

ao grupo de aposentados do Rio, na mesma luta pela paridade. Segundo Sergio, a amizade sindical entre eles foi se estreitando — “não superando apenas as diferenças na paixão *clubística*”, brinca. Jarbas é “bacalhau salgadíssimo” e Sergio, “urubu aflito”. Em 2005, o flamenguista decidiu reforçar o time do Grupo do PASBC ao lado do vascaíno, já coordenador de militantes voluntários contra as incertezas que ameaçavam o futuro do programa.

Sergio destaca o estilo “britânico” do amigo. Sua conduta é a mesma nas pequenas reuniões, em mesas de negociação ou em grandes assembleias. Mantém o estilo educado como orador, depoente ou dirigente. “Suas intervenções esbanjam elegância e equilíbrio”, diz. “Jarbas foi o fiel da balança nas reuniões do Conselho Nacional do Sinal, entre 2005 e 2010.” Esse comportamento,

recorda, teria reduzido seu ímpeto diante nas discussões do Comitê Gestor, ao observar a postura “sóbria e pacificadora do Jarbas”.

Para Sergio, o Sinal deve muito a esse ativista, como mediador e condutor de conciliações políticas. O mesmo ocorre com o PASBC, nas intermediações entre o funcionalismo e o patrocinador, monitoradas pelo “incansável e vibrante membro do comitê”.

“Até o Vasco deve uma parcela de seu atual momento de ares democráticos à participação de Jarbas como âncora de um programa radiofônico, no qual defendia o debate e a diversidade de opiniões, numa época em que só um dirigente mandava no clube. Casaca!”, amplifica o dedicado amigo.

No Banco Central, Jarbas chegou a chefe-adjunto do Dedip. Perdeu a comissão ao participar de uma greve. Passou a maior parte de seu tempo ativo em Brasília, sempre participando das lutas pelos direitos dos servidores, junto à Associação dos Servidores do Banco Central (Asbac) e à Associação dos Funcionários do Banco Central (AFBC).

No dizer do amigo do grupo José Valério Pereira da Silva, imitando o estilo gaúcho, “não tá morto quem pelega”. Ele lembra que, ao passar por cirurgias cardíacas, incluindo a colocação de “um monte” de pontes de safena, Jarbas decidiu-se por “pelear” como Conselheiro Nacional do Sinal. “E, achando pouco, fundou o Grupo de Estudos do PASBC”, finaliza.



**Jarbas foi o fiel da balança nas reuniões do Conselho Nacional do Sinal, entre 2005 e 2010**

Agora, a decisão de Jarbas foi reeleger-se para o Comitê Gestor e continuar no comando do Grupo do Rio, comparecendo às reuniões semanais e, ainda, colaborando na redação do PASBC-Expresso.

Dessa forma, com muita labuta, Jarbas Athayde pratica em seu cotidiano o ensinamento de Mateus,

19: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo.” Não por outra razão, seu largo sorriso está sempre à mostra, ao cumprimentar, todas as quartas, e um a um, dirigentes e funcionários do Sinal carioca. Nossa Prata da Casa é, certamente, um homem feliz! ✓

(\*) Jornalista, assessora do Sinal RJ

# A polêmica história do Código Florestal

JOÃO DE DEUS MEDEIROS\*

O Código Florestal, desde sua primeira edição, em 1934, suscita críticas, pressões e tem sua aplicação relativizada. O primeiro grande problema do código foi investir sobre o até então sagrado direito de propriedade. Em 1965, com a edição do "Novo Código Florestal", a restrição ao direito de propriedade ganha maior sofisticação, definindo a norma geral nacional espaços da propriedade em que o uso deve contemplar interesses outros além daquele específico do proprietário. Prevalece o interesse coletivo quando se trata do uso de espaços vitais para a manutenção de serviços essenciais para a qualidade de vida de toda a população. O acesso à água limpa e ao ar puro são os exemplos mais emblemáticos.

Não obstante a forte herança patrimonialista da sociedade brasileira e os traços marcantes do "imperialismo" rural, mesmo o "Novo Código Florestal" nunca chegou a constituir um verdadeiro problema, isso por uma razão muito simples, expressa pela inobservância da norma. Infringir as normas do Código foi a senha para manter inalterado o quadro. Mesmo com a edição da Constituição de 1988, o cenário pouco evoluiu. Matas ripárias sucumbem para a expansão de lavoura e pecuária, cidades avançam sobre margens de rios, morros e encostas, e o Poder Público não fica passivo, já que em muitos casos atua como indutor desse processo. O espaço da chamada reserva legal, que,

segundo a norma nacional, deve ser averbado à margem da matrícula do imóvel rural, gravita no universo ficcional.

Em 1998, tivemos a edição da chamada lei dos crimes ambientais, norma comemorada por muitos, que esperavam com ela uma revolução no trato das causas ambientais, tão vilipendiadas. Breve ilusão, pois tão logo começou a operar ficou claro que, notadamente nos casos de APP RL do Código Florestal, o crime ambiental "compensava"; a inobservância na averbação da reserva legal, a propósito, nem sequer chegou a figurar dentre as infrações previstas na lei de crimes. Isso começa a se alterar com a regulamentação da lei de crimes.

O Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, já trazia a previsão de penas associadas à destruição ou danificação de floresta, assim como ao corte de árvores em área considerada de preservação permanente (artigos 25 e 26). Para a área de reserva legal, o referido decreto se limita ao estabelecimento de penas vinculadas à exploração da vegetação arbórea sem aprovação do órgão ambiental (artigo 38) e ao desmatamento, a corte raso (artigo 39). O Decreto também define que as multas previstas podem ter sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, adotar medidas específicas para cessar ou corrigir a degradação ambiental (artigo 60). Cumpridas tais obrigações, a multa

*Este artigo foi escrito um pouco antes da aprovação do Código Florestal na Câmara e dos vetos da presidente Dilma ao texto. Não foi preciso atualizá-lo. Sua leitura permitirá ao leitor da **Por Sinal** uma melhor compreensão do imbróglio do processo de criação do novo Código, que se arrastou por muito tempo, entre pressões, lobbies, discussões e negociações*

é reduzida em 90% do valor atualizado, monetariamente. A base legal para essa previsão é o artigo 72, parágrafo 4º, da Lei de Crimes Ambientais, que estabelece a possibilidade de conversão da multa simples em serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Com a posterior edição do Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, certos dispositivos do Decreto 3.179 foram alterados, tornando mais rígida cobrança de responsabilidades pelos danos ambientais causados em APP e RL, e foi incluída no artigo 55 a previsão expressa de penalização a quem deixar de averbar a área de reserva legal. Os procedimentos para conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente foram aprimorados, contemplando toda uma seção (Seção VII). Com isso, o tratamento ao crime ambiental permite maior responsabilidade e consequência, atuando a norma na perspectiva de inibir e desestimular seu cometimento.

Essas mudanças suscitaram resistência em determinados setores que deflagraram um processo de difusão deliberada de informações imprecisas, induzindo um clima de insegurança no espaço rural. O Estado, pelo menos por intermédio dos órgãos do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente), poderia ter atenuado esse quadro, implementando um processo de informação e orientação

aos proprietários rurais. Infelizmente essa reação foi lenta e limitada, traduzindo-se pela edição do Decreto 7.029, de 10 de dezembro de 2009, que instituiu o Programa Federal de Apoio à regularização de imóveis rurais, denominado "Programa mais Ambiente".

De forma pragmática, pode-se afirmar que foi após a edição do Decreto nº 6.514/2008 que o Código Florestal efetivamente vira "um problema nacional". Ao determinar aos órgãos de fiscalização ambiental a necessidade de promover a notificação e autuação aos proprietários rurais que não comprovem a devida averbação da reserva legal, estipulando datas e prazos para esse procedimento, o impasse foi criado.

## ► A reforma do Código Florestal no Congresso

O cenário criado repercutiu no Congresso Nacional, que, através de uma Comissão Especial, trata de apresentar saídas para o impasse. O texto aprovado na Comissão Especial, assim como aquele aprovado na Câmara dos Deputados em maio de 2011, procurou equacionar o conflito de maneira simples e direta: elimina-se a exigência, extinguindo-se por consequente qualquer passivo, e as regras vigentes, em parte desde a década de 1930, passam a valer para o futuro.

Ainda que forças políticas antagônicas tenham se



**Ainda que forças políticas antagônicas tenham se expressado, ficou evidente que a tramitação da matéria na Comissão Especial e na Câmara dos Deputados foi majoritariamente pautada pelo assim chamado setor ruralista.**

expressado, ficou evidente que a tramitação da matéria na Comissão Especial e na Câmara dos Deputados foi majoritariamente pautada pelo assim chamado setor ruralista. A atuação do setor ambientalista serviu para caracterizar a desejada polarização do debate; o setor da agricultura familiar e camponesa mostrou-se decisivo, contrariando a propalada unidade do setor agrário nacional. A academia se ausentou do debate nessa primeira fase, permitindo que em vários momentos argumentos com lastro pseudocientífico fossem utilizados à exaustão para procurar legitimar propostas que reduziam ou simplesmente eliminavam a proteção conferida pelo atual Código Florestal. É oportuno lembrar que, como já asseverava Garret Hardin nos idos anos 1960, problemas dessa ordem não admitem soluções técnicas, o que, por outro lado, não pode justificar o desprezo às informações técnico-científicas e, muito menos, a omissão da representação política do setor acadêmico.

Nesse contexto, não causou surpresa a aprovação majoritária do substitutivo do relator, deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que obteve 410 votos favoráveis e 63 contrários, e mesmo da emenda 164, que simplesmente eliminava a figura de APP do espaço rural brasileiro. Registra-se que a votação dessa emenda mostrou maior divisão entre os deputados, resultando em 273 votos favoráveis e 182 contrários.

O processo de votação do texto na Câmara Federal demonstrou a força suprapartidária do setor ruralista, sintonizado no velho modo de ver o mundo natural como algo a ser desbravado, transformado, explorado, tudo em nome do propalado desenvolvimento, ávido pela rápida concentração da riqueza gerada nas mãos de uns poucos. O clima criado nessa fase de debates não permitiu qualquer espaço para uma avaliação subsidiada por informações técnicas, e não há por que falar em conscientização ambiental ou falta dela, pois, de um modo bastante convincente, a maioria dos deputados demonstrou sua clara e consciente opção, materializando a expressão de Nietzsche que afirmou ser a “má consciência uma forma de insanidade”.

#### ► A tramitação no Senado

O substitutivo aprovado em 25 de maio de 2011 na Câmara dos Deputados seguiu para o Senado em 1º de junho, onde tramitou por quatro comissões distintas: Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Agricultura (CRA), Ciência e Tecnologia (CCT) e Meio Ambiente (CMA). Nas três primeiras, a relatoria ficou a cargo do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), e na Comissão de Meio Ambiente com o senador Jorge Viana (PT-AC).

Ainda que a princípio essa concentração de atribuições ao relator Luiz Henrique tenha se mostrado preocupante, a tramitação da matéria no Senado foi significativamente distinta, quando comparada com a tramitação na Câmara, permitindo espaços para debates numa condição adequada e favorável para a expressão das mais diversas visões e opiniões.

O texto final aprovado no Senado difere substancialmente daquele enviado pela Câmara dos Deputados, mantendo as figuras de APP e RL com alguns ajustes em relação ao que hoje determina o Código Florestal e estabelecendo, através de “disposições transitórias”, regramento para a regularização dos passivos ambientais acumulados sobre áreas de preservação permanente e reserva legal. Mesmo com amplo apoio no Senado, o texto aprovado não gerou unanimidade, com críticas surgindo tanto do setor ambientalista quanto ruralista.

O trabalho no Senado foi importante, pois, ao introduzir mudanças ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados, recupera a essência do Código Florestal como norma geral de aplicação nacional, e, como tal, estabelecendo os parâmetros mínimos de proteção que deverão ser observados no território nacional, não excluindo a competência complementar dos Estados. Forneceu, ainda, toda a base para a correta implementação dos programas para regularização dos passivos ambientais cometidos até julho de 2008, contribuindo assim para um esforço nacional coeso, com critérios mínimos já estabelecidos na lei federal. Manteve as figuras de APP e RL nos patamares prévios, recuperando

a condição de APP, em que a regra geral é a preservação da vegetação. Promoveu ajustes necessários para viabilizar uma operação mais objetiva e correta da norma, notadamente no que se refere aos critérios de determinação das faixas de vegetação ripária e do topo de morro.

#### ► As críticas ao texto do Senado

Críticas surgiram, mencionando a data de julho de 2008 como uma referência inadequada, que o texto aprovado reduz as APPs e promoverá novos desmatamentos, que prevê anistia ampla aos desmatadores, e também que os níveis de exigência de recuperação de APP, ainda que flexibilizados, são impraticáveis. No sentido inverso, surgiram críticas pela alegação de que o texto do Senado aniquilou com as conquistas obtidas na Câmara, e que, se aprovado, sua implementação iria gerar enorme impacto sobre as atividades agropecuárias, comprometendo a produtividade e reduzindo a competitividade do Brasil no agronegócio. Parte dessa crítica reside na argumentação de que o texto aprovado promove ampla anistia aos que desmataram APP e RL até 2008, ou, muito provavelmente, pela confusão entre os dois textos, já que muitas críticas estão vinculadas a dispositivos presentes no texto da Câmara e que foram alterados ou suprimidos no texto do Senado.

O tratamento conferido à regularização dos passivos toma como referência a data de julho de 2008 (data da edição do Decreto 6.514/2008). Essa referência não foi incorporada no Senado, já estava no texto aprovado na Câmara; apenas ficou mantida. O Decreto 6.514/2008 determina que prescreve em cinco anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado (art. 21). Logo, remeter essa data para 1999, 2001, ou qualquer outra anterior poderia ser feito, mas por certo criaria uma fragilidade jurídica indesejável e desnecessária.

O resgate do regime de APP por certo figura como uma

das mais relevantes contribuições do Senado, porém não menos relevante foi a definição de parâmetros mínimos de recomposição para a regularização dos chamados usos consolidados. Ainda que relativizada, essa exigência de recomposição de parte das APPs é essencial para descaracterizar a chamada anistia, já que algum investimento em recuperação e melhoria das condições ambientais será exigido como contrapartida.

O passivo de APP é realmente enorme, e igualmente enorme foi a inércia do Estado para prover a recomposição e regularização dessas áreas. O texto do Senado fornece a base para a celebração de um novo pacto social em que esse cenário poderá finalmente ser alterado. As projeções do MMA apontam que esse padrão mínimo de exigência levaria à recomposição de pouco mais de 30 milhões de hectares. A crítica apresentada vai do inconformismo com a extensão da área onde será viabilizada a regularização dos usos consolidados, cerca de 50 milhões de hectares hoje ocupados com pastagens, agricultura, silvicultura, até o argumento de que 30 milhões de hectares é uma cifra irreal, e que o país não terá condições para promover a recomposição de espaço tão extenso. A alegação é que faltam sementes, mudas, assistência técnica.

A conjugação feita pelo Senado bem ilustra a expressão de um pacto possível, pois manter a exigência de recomposição integral seria investir na crise já estabelecida; eliminar toda e qualquer exigência de recomposição seria uma sinalização ruim, pois cristaliza a sensação de impunidade. O desafio de recomposição apresentado é enorme, contudo o texto do Senado cria uma base mais favorável, admitindo procedimentos de recuperação mais simples, baratos e destituídos das exigências burocráticas que hoje vigoram, e que na prática desestimulam os trabalhos de recomposição da vegetação em APP e RL. Afirmar que o texto aprovado no Senado implicará “brutal redução de APP” é incorreto, já que as possibilidades de supressão de vegetação em APP são aquelas vinculadas à utilidade pública, interesse social, baixo impacto, conforme define o Código Florestal atual,



**O texto do Senado fornece a base para a celebração de um novo pacto social em que esse cenário poderá finalmente ser alterado.**

e nos apicuns e salgados (porções do manguezal) para instalação de atividades de carnicultura e salinas.

A insatisfação do setor ruralista, que considera as mudanças efetuadas no Senado exageradas e que vão gerar grande comprometimento na produção agropecuária nacional, é compreensível, já que esse setor conseguiu um texto na Câmara que abria a possibilidade de supressão de vegetação em APP para implantação de atividades agrossilvipastoris e de turismo rural como regra. Essa formulação por certo atenderia aos anseios de parte do setor ruralista que ainda não consegue vislumbrar o bem ambiental como um ativo importantíssimo, inclusive para a produção e competitividade do setor, mas seria desastroso para a nação.

Nesse contexto, é preciso entender que o texto produzido no Senado não traduz os sonhos de ambientalistas e ruralistas, mas antes representa a base para a construção de um pacto possível e positivo, capaz de atenuar os conflitos hoje estabelecidos e fomentar um panorama mais consequente no rumo do desenvolvimento nacional. ✓

\*Biólogo, doutor em Botânica, professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), João de Deus acompanhou de perto toda a negociação do Código Florestal.

## Centrus pronta para os desafios do futuro



Amparada em 31 anos de experiência, a Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus aprimora-se a cada dia para ampliar seus horizontes e enfrentar os desafios futuros.

O aumento da expectativa de vida dos brasileiros torna cada vez maior a necessidade de adesão a um plano de aposentadoria complementar. Consciente da nova realidade, a Centrus está atenta para atender da melhor forma possível à potencial demanda. “Não medimos esforços para melhorar constantemente a qualidade dos serviços prestados”, destaca o diretor-presidente da Centrus, Helio Cesar Brasileiro.

Em 2011, passos determinantes foram dados no sentido do aprimoramento, como a cisão dos planos de benefícios e a distribuição de parte do superávit aos participantes e assistidos dos planos administrados.

A partir da cisão, efetivada em maio de 2011, a Fundação passou a administrar dois planos de benefícios, com patrimônios segregados. Isso permite a gestão singular e a tranquilidade de que o nível de risco admitido é compatível com a maturidade de cada plano. “A cisão atende às necessidades de dois grupos com características distintas, preservando a segurança de seus respectivos planos, que têm políticas de inves-

timento adequadas e específicas”, explica Brasileiro.

O Plano Básico de Benefícios (PBB) abriga somente os aposentados celetistas do Banco Central, seus pensionistas e demais dependentes, com a população de 2.359 beneficiados. O Plano de Benefícios Definido Centrus (PBDC) destina-se aos empregados, aos aposentados e aos ex-empregados da Fundação que optaram pelo autopatrocínio, assim como a seus beneficiários, no total de 318 pessoas.

No processo de destinação de parte do superávit, foram destinados R\$ 973 milhões aos participantes do PBB e R\$ 31 milhões aos vinculados ao PBDC, para pagamento em 36 parcelas.

Baseada no reconhecimento institucional e nos resultados obtidos, a Centrus pode afirmar que executou com êxito as ações desenvolvidas e está preparada para administrar novos planos com a seriedade, a competência e a solidez que caracterizam sua história.

Valores R\$ milhões

Plano de Beneficiário	População Total	2011			
		Patrimônio Contábil	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico Acumulado	Superávit Destinado
Plano Básico de Benefícios - PBB	2.359	7.868,4	3.174,2	1.888,1	973,0
Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC	318	2713	132,6	62,4	31,0

